

GÊNERO, EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA COMUNISTA: REFLEXÕES SOBRE NARRATIVAS DE MULHERES MILITANTES

Marcelly Machado Cruz¹
Éder da Silva Silveira²

Resumo: Na cultura política comunista brasileira contemporânea à Guerra Fria, a rigidez dos papéis de gênero reproduziu e adaptou formas de sujeição em relação às mulheres militantes. Nesse processo, a incorporação de traços estéticos e comportamentais compreendidos como masculinos, servia como mecanismo de legitimação e imposição de sua condição militante dentro de determinados coletivos caracterizados por essa cultura política. Nesse sentido, apresentamos um exercício de pensar as possíveis manifestações do gênero na cultura política comunista, particularmente em práticas de educação não formal. Metodologicamente, trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo, que busca refletir sobre como o gênero poderia se operacionalizar na cultura política comunista. Para tanto, o uso das narrativas de memória de militantes comunistas brasileiras no período da Guerra Fria se mostrou de grande valia. Na investigação de narrativas (auto)biográficas de Nilce Azevedo, Zuleika Alambert, Vera Sílvia de Araújo Magalhães, Criméia Almeida e Maria Amélia de Almeida Teles foi possível delinear uma expectativa comportamental e estética das comunistas que adentravam à luta anticapitalista, que ora se distanciavam e ora se aproximavam dos padrões engessados de gênero.

Palavras-chave: gênero, cultura política comunista, educação não formal

GENDER, EDUCATION AND COMMUNIST POLITICAL CULTURE: REFLECTIONS ABOUT MILITANT WOMEN'S NARRATIVES

Abstract: In the Brazilian communist political culture contemporary to the Cold War, the rigidity of the gender roles reproduced and adapted forms of subjection regarding militant women. In this process, the incorporation of aesthetic and behavioral traits known as masculine served as a mechanism for legitimizing and imposing its militant condition within certain groups characterized by this political culture. In this sense, we present an exercise in thinking about the possible manifestations of gender in communist political culture, particularly in non-formal education practices. Methodologically, this is a qualitative approach, which aims to understand how gender could be operationalized in the communist political culture. To this end, the use of the memory narratives of Brazilian communist militants during the Cold War period proved to be of great value. In the investigation of (auto)biographical narratives from Nilce Azevedo, Zuleika Alambert, Vera Sílvia de Araújo Magalhães, Criméia Almeida and Maria Amélia de Almeida Teles, it was possible to delineate a behavioral and aesthetic expectation of the communists who entered the

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul.

² Universidade de Santa Cruz do Sul.

anti-capitalist struggle, who sometimes distanced themselves and other times approached the preserved gender patterns.

Keywords: gender, communist political culture, non formal education



INTRODUÇÃO

Os processos educacionais que incidem sobre o sujeito são imbuídos de leituras de mundo que cerceiam ou incentivam a autonomia individual de acordo com a intencionalidade de um grupo social. Endógenos à estrutura patriarcal, eles permeiam as relações de gênero assentadas na dualidade dominação-exploração. Nessa perspectiva, ainda que nenhuma prática educativa formal, não formal ou informal esteja imune aos efeitos dessa estrutura, Freire (1987) argumenta sobre a importância dos sujeitos participarem e construírem sua educação de forma dialógica, participativa e democrática. Assim, independentemente dos espaços onde ocorra, para que a educação se desenvolva na perspectiva da emancipação humana e da justiça social, é necessário garantir condições para que não ocorram opressões, sejam elas de gênero, raça, sexualidade ou classe. Em movimentos sociais, em associações trabalhistas ou em culturas políticas de determinados coletivos, por exemplo, a educação não formal é reivindicada como ferramenta de formação de seus/uas integrantes e demais simpatizantes. Neles se faz imperativo ressaltar a importância da educação não formal como forma de resistência.

A cultura política comunista, conjunto de hábitos e saberes ideológicos compartilhado por um grupo político – os/as comunistas –, unge-se fora dos padrões de ensino e de transmissão de conhecimentos reconhecidos e monopolizados pelo Estado. No período da Guerra Fria³, os/as comunistas investiram em uma conceptualização do modelo ideal de militante e, utilizando-se da educação não formal – pois a educação é em si um ato político – propagavam seus conhecimentos a camaradas que partilhavam das mesmas aspirações. Essas práticas educativas, presentes nos nichos de cultura política comunista distribuídos em território brasileiro no período da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que foram fundamentais para uma formação política e para a organização de coletivos e partidos na clandestinidade, também reproduziam a (re)afirmação dos papéis de gênero nas estruturas hierárquicas em que se

³ Período histórico datado do fim da II Guerra Mundial (1945) até a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) e marcado pelo embate ideológico entre os dois eixos de poder globais: Estados Unidos, representando o bloco capitalista, e URSS, representando o socialista (HOBSBAWM, 2008).

organizavam os grupos comunistas⁴. Travestidos de conceitos sólidos e intransponíveis, as normativas de gênero eram inscritas na formação do/a militante.

Vale destacar que, não por acaso, na década de 1960, o “Inquérito Policial Militar 709” (IPM 709) chegou a reconhecer: “o trabalho de educação é uma tarefa específica e inconfundível” dos comunistas. No IPM 709, um dos mais famosos inquéritos da ditadura militar contra os/as comunistas, há o registro de que era “graças ao trabalho de educação que o Partido (no caso, o PCB) conseguia sobreviver” e ampliar quadros, “preparando-os para tarefas gerais ou especiais” (O COMUNISMO..., 1967, s.p.). Considerando esses elementos, há três anos iniciamos uma pesquisa que vem se debruçando sobre formas, mecanismos, e narrativas de experiências educativas na e para a clandestinidade, particularmente as desenvolvidas por comunistas brasileiros/as entre as décadas de 1950 e 1970. Entendemos, sobretudo a partir da experiência acumulada em nosso grupo de pesquisa e através dos recortes e artigos que temos apresentado em eventos e periódicos, que o objeto e a temática de investigação poderão contribuir para trazer novas perspectivas de pesquisa no campo da História da Educação, tirando do ostracismo experiências de educação não formal que merecem maior atenção e pesquisa, sobretudo quando oferecem possibilidades de interfaces com as questões de gênero.

Nessa perspectiva, este artigo se propõe a discutir conceitos chaves que possam servir de mote para reflexão acerca do que era ser mulher e militante na cultura política comunista. Para isso, em um primeiro momento, esclarecemos as noções acerca de cultura política comunista, educação não formal e gênero, tecendo algumas notas sobre esses conceitos para, após, desenvolvermos a temática sobre a qual este escrito se propõe a discutir, refletindo sobre a questão de gênero na cultura política comunista. Desta forma, objetivamos, ao articular gênero, cultura política comunista e educação não formal, refletir sobre o papel da educação enquanto prática social (re)produtora de desigualdades de gênero, problematizando essa temática em narrativas de mulheres que militaram em associações de esquerda, particularmente na segunda metade do século XX.

Os relatos de ex-militantes mulheres são fontes imprescindíveis para compreender a presença feminina nesse campo. Este tipo de fonte apresenta

⁴ Neste trabalho “grupos comunistas” serão entendidos como coletivos marcados ou guiados por características da cultura política comunista. Considerando nossos recortes e sujeitos, no presente texto esses grupos estarão mais restritos ao PCB, ao PCdoB e a outras organizações como a Ação Popular e o MR-8.

especificidades da época narrada, expondo detalhes e curiosidades que por vezes são esquecidas e/ou despercebidas nos documentos e produções bibliográficas sobre o tema. Para o presente artigo, analisamos narrativas de cinco mulheres: Criméia Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia em momento que estava filiada ao PCdoB; Maria Amélia de Almeida Teles, irmã de Criméia e que também estava filiada ao PCdoB; Nilce Azevedo Cardoso, ex-militante da Ação Popular Marxista Leninista; Vera Silva de Araújo Magalhães, ex-militante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), e Zuleika Alambert, que foi militante e deputada estadual pelo PCB. A escolha dessas mulheres ocorreu através da recorrência de seus nomes e trajetórias nas leituras desenvolvidas no Grupo de Pesquisa, particularmente as realizadas a partir da Bolsa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq. Metodologicamente, mapeamos narrativas dessas mulheres em livros e artigos acadêmicos acerca da temática da presença feminina nas organizações de esquerda no período da Guerra Fria para fins de análise sobre as inflexões entre gênero, educação e cultura política comunista. O trabalho com essas fontes ocorreu através de uma leitura crítica dessas narrativas, que foram organizadas a partir de um processo de categorização sugerido por Gomes (2016).

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO MULHER: CULTURA POLÍTICA COMUNISTA, EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E GÊNERO

A cultura, em conceito antropológico, é uma teia de significados que permite ao sujeito compreender e decodificar o contexto em que se insere. A cultura condiciona a visão de mundo do indivíduo; é a lente de observação pela qual o sujeito enxerga a realidade (LARAIA, 2001). Ela pode ser definida por um “conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamentos que formam crenças, ideias e valores” (FERREIRA, 2002, p. 14) que serão incorporadas por um grupo social. Cada cultura fabrica suas noções próprias de valores morais, normas comportamentais e modelos de conduta, resultantes de experiências com o meio. Assim, de acordo com Motta (2013, p. 17) a cultura “influencia as decisões e ações políticas”. Por isso, a cultura política traduz-se por:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. [...] se trata de “representações” em sentido amplo, configurando conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos,

símbolos, discursos, vocabulários e diversa cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, filmes, fotografias, bandeiras, etc.) (MOTTA, 2013, p. 17-18).

Na cultura política comunista em questão, esse conjunto de valores, tradições, práticas e representações são consequência das leituras socioeconômicas do contexto realizadas por seus integrantes, da insatisfação com o *status quo* da sociedade capitalista e a disparidade entre classes. É importante ressaltar que a cultura política comunista excede os limites partidários, “incorporando as ideias e o conjunto ideológico que dá forma ao projeto comunista” (MOTTA, 2013, p. 20).

De acordo com Ferreira (2002), o sujeito que se une à luta comunista encontra-se rodeado por forte simbolismo, princípios e ideias sobre os quais sua militância se ancora. Além disso, a linguagem é elemento fundamental na construção da cultura de um grupo, pois ela permite compreender e dar significados para a realidade. A respeito dos comunistas, sua relevância se manifesta nos códigos e jargões presentes na linguagem interna, que auxilia na construção da identidade do grupo.

Assim, a cultura política comunista tem sido concebida como um:

[...] conjunto de ideias, valores, conceitos, padrões de comportamento e imagens socialmente reconhecidos pelos militantes comuns [...] que encontram no comunismo o projeto de sua experiência e de sua identidade social. (FERREIRA, 2002, p. 13)

É nesse ponto que ressaltamos o papel que a educação exerceu dentro da cultura política comunista. A educação, como instrumento de luta política, foi componente fundamental da formação do/a militante comunista. Segundo Brandão (2007), a educação é parte vital de nossas vidas, e ninguém escapa a ela.

A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem o saber que atravessa [...] os códigos sociais de conduta [...], todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar -

às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade de existência de sua ordem. (BRANDÃO, 2007, p. 10-11)

Na cultura política comunista do Brasil da Guerra Fria, a educação não formal servia como base de sustentação. A rigor, essa educação ocorria sob diferentes formas, em diferentes espaços e através de variados mecanismos que caracterizavam o cotidiano da militância e da formação política promovida por partidos e organizações de esquerda imbricados nessa mesma cultura. Isto é, ela ocorria na prática da militância política e social, assim como em espaços organizados para cursos de formação e ação política dentro e fora do Brasil, muitas vezes na clandestinidade⁵, sendo fundamental não apenas para os ‘neófitos’ (jargão utilizado para nomear os/as iniciados/as), como também para os/as demais simpatizantes e membros.

A educação não formal consiste, sobretudo, segundo Gohn (2006), em uma forma de aprendizagem menos hierarquizada, desprovida de regimentos institucionais e formalizados. De acordo com Gadotti (2005), ela é mais difusa e menos burocrática, não necessariamente possui um plano de ensino inflexível e desconexo com o contexto de seus/uas educandos/as. Os espaços onde ocorrem as trocas de conhecimento não são fixos, “os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos” (GOHN, 2006, p. 29). Da mesma forma, as pautas da agenda educativa variam de acordo com a necessidade do que precisa ser discutido e transmitido pelo e para o grupo.

A versatilidade da educação não formal a torna ideal para as demandas da cultura política comunista. Enquanto cultura política contra-hegemônica, foi submetida à clandestinidade em grande parte de sua história e teve que se adaptar aos mais variados e heterodoxos espaços e formas de educar seus/uas integrantes. A educação não formal se encaixa ao propósito do coletivo comunista de proliferação dos ideais, valores e conhecimentos que atravessam a cultura política do grupo. Exemplo disso é o fato de que maior parte da formação do/a militante comunista se desenvolvia na prática, não ficando restrita aos livros e teorias (FERREIRA, 2002). De acordo com Rosa (2013), a educação dos/as comunistas provinha de formas diferenciadas: de livros literários que lhes eram indicados, de reuniões, dos manuais, iconografia e

⁵ Sobre o tema da Educação Clandestina dos comunistas, ver Silveira e Moretti (2017) e Oliveira e Silveira (2017).

linguagem que permeava os grupos comunistas. A maneira como seus/uas militantes deveriam se portar também representa um processo educativo.

t.

Ademais, a educação não formal objetiva a “socialização dos indivíduos”, isto é, educa-los e ambientá-los com as práticas culturais de seu grupo. Em suas intenções reside o objetivo de “abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2006, p. 29). Os sujeitos que participam da educação não formal possuem a intenção de fazê-lo; não lhes é outorgada a presença: estão ali porque assim o desejam. Querem se integrar àquele meio.

Percebemos a educação como protagonista na construção da subjetividade dos indivíduos. Ela possui relação sinérgica com a cultura, pois condiciona o modo como o/a educando/a irá interpretar o mundo. Portanto, diferentes abordagens educativas possuem diferentes resultados quanto a forma como o sujeito irá enxergar e se posicionar no mundo. Nesse sentido, trazemos Brandão (2007) para atentar que a educação não é isenta dos interesses daqueles que a lecionam e fazem parte da dinâmica. Intencionalidades presentes nas relações sociais revelam-se em seu planejamento, como também:

há interesses econômicos, políticos que se projetam também sobre a Educação. Não é raro que aqui, como em toda parte, a fala que idealiza a educação esconda, no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e grupos têm para os seus usos. Pois, do ponto de vista de quem a controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos [...] (BRANDÃO, 2007, p. 59-60).

Uma leitura crítica da educação dos/as comunistas nos leva a perceber as ideias em disputa e, mais do que isso, compreender como o gênero se operacionaliza e se faz presente no cotidiano do/a militante. Podemos entender como a educação é influenciada por inclinações e tendências inscritas na lógica do patriarcado, condicionando e subjugando as mulheres. Para Saffioti (1987), o patriarcado é uma estrutura que institui a subordinação da mulher e a supremacia do homem, isso é, ela garante a hierarquia existente entre os gêneros: a dominação da mulher pelo homem, de forma que essa desigualdade estabelecida faça recair sobre o homem uma gama de privilégios recusados à mulher.

No caso das mulheres, integrar suas demandas e pautas, considerando e amparando a especificidade da experiência feminina, é importante para que a

educação consiga incentivar sua emancipação e não as cercear. Quando isso não ocorre, o que prevalece é dominação do patriarcado sobre a educação, onde se privilegia a experiência de sujeitos detentores de uma masculinidade hegemônica e invisibiliza identidades femininas⁶. Considerando os relatos das mulheres militantes mapeados para esse artigo, argumentamos que na cultura política comunista esse tipo de educação manteve a hierarquia entre os gêneros e deu continuidade aos papéis socialmente construídos sobre eles. As lutas feministas – aquelas que contemplavam a experiência feminina –, por exemplo, eram secundarizadas na cultura política comunista do Brasil da Guerra Fria, sendo, normalmente rotuladas como um movimento e/ou como um “desvio burguês”. Além disso, a questão de gênero não constituía importância central:

Naquela época, a maioria da esquerda não compreendia a “questão das mulheres” e não dava importância às suas lutas específicas. Havia mulheres militantes políticas de esquerda, mas não se proclamavam feministas, expressão que significava “mulheres burguesas ou quase”, mulheres consideradas despolitizadas ou alienadas. Portanto, a ausência de organizações de mulheres de esquerda não foi sequer considerada como algo grave e não chegou a ser objeto de preocupação por parte de lideranças políticas num momento de ascensão dos movimentos populares (TELES, 2015, p. 1003).

No imaginário da cultura política comunista, a opressão só se findaria com a extinção do modo de produção capitalista e a contradição entre as classes, que é o princípio estruturador da sociedade sob sua ótica. Conceber outras formas de opressão (como raça, gênero e sexualidade) em sua interseccionalidade com a categoria de classe demonstrava distanciamento da pauta central. Comunistas filiadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que ousaram hastear a bandeira do Feminismo reivindicando suas demandas tiveram como consequências punições, e até mesmo exclusão do partido. Em razão da luta de classe ser o centro da organização da resistência comunista, o apontamento do gênero como fonte de opressão presente nas relações sociais era denunciado como revisionismo, o que caracterizava um ato de traição (FERREIRA, 2002).

Evidenciamos aqui que essas retaliações se constituem enquanto educação, pois também são formas normatizadoras de “modelar” o sujeito de acordo com os valores e interesses que permeiam o grupo político. Assim:

⁶ Para maior aprofundamento sobre as discussões sobre masculinidade, ver Connel (1995) e Seffner (2016).

Estes grupos políticos não hesitam em rotular de lutas menores, secundárias, e até de desvios ideológicos, os movimentos que contrariam os interesses do poder masculino, branco e adulto. Alegam que a luta de classes é uma luta maior, porque beneficia a um número maior de pessoas (SAFFIOTI, 1987, p. 89).

Conforme Saffioti (1987), ao rejeitar à incorporação das demandas feministas na luta comunista, os militantes não estavam apenas prejudicando as mulheres e silenciando suas reivindicações, mas também obstruindo os caminhos para uma sociedade onde homens e mulheres gozam dos mesmos direitos e deveres. A indiferença pelo debate feminista escondia o fato de que a desigualdade entre os gêneros perpetua opressões mesmo em sociedades socialistas. Desse modo, o desinteresse pela questão de gênero impunha obstáculos a uma verdadeira revolução que busque o alcance de uma sociedade igualitária (SAFFIOTI, 1987).

Compreendemos gênero como uma categoria importante e que, portanto, merece atenção pela forma como se articula às categorias já trabalhadas de educação e cultura política comunista. O gênero é uma categoria analítica que auxilia na compreensão das relações sociais, indicando explicações para entender as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade. Essa categoria rejeita qualquer afirmação essencialista que busque respostas através da via simplista do determinismo biológico. O gênero é uma identidade social do homem e da mulher que se constrói pela “atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p. 8), assim, os campos de atuação e circulação do masculino e do feminino são construções sociais (SAFFIOTI, 1987; SCOTT, 1995). Vale destacar que

o termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência do sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

Em síntese, o gênero aponta às construções socioculturais que regulam os corpos, delegando papéis e estereotipando indivíduos de acordo com a genitália. Incide sobre a subjetividade desses corpos experiências objetivas que também são reguladas pelo gênero e que são internalizadas e externalizadas em sua formação.

Além disso, a linguagem tem efeito sobre a produção dos sujeitos e as relações hierárquicas de gênero. Vocábulos, padrões ênicos e jargões possuem poder performativo sobre os corpos: lhes indicam como e quando agir. Podemos dizer que:

[...] a linguagem institui e demarca os lugares de gênero não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros [...]. Além disso, tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não dito*, aquilo que é silenciado – os sujeitos que *não são* [...] (LOURO, 2014, p. 71, grifo da autora).

As relações entre homens e mulheres, resultado das interações entre os indivíduos em seu meio social, não são exógenas à estrutura patriarcal. Ou seja, as relações entre militantes imbricadas em determinadas culturas políticas não ficavam imunes ao patriarcado e, portanto, também reproduziam em seu interior características, normativas e estereótipos desse sistema de dominação-exploração. Entender as lógicas pelas quais o patriarcado opera é compreender os processos arbitrários de naturalização dessa desigualdade.

Essa naturalização busca, através da diferenciação biológica/anatômica entre os corpos, encontrar justificativas para legitimar as diferenças socialmente construídas entre os gêneros. Sobre esse panorama, se configura uma visão androcêntrica – e hegemônica – do mundo, na qual a dicotomia homem-mulher prevalece, e o homem se torna aquele que detém as relações de poder e dominação na sociedade (SAFFIOTI, 1987).

Para Saffioti (1987), as relações sociais no sistema capitalista caracterizam-se pela dicotomia dominação-exploração: a dominação estabelece-se nos campos político e ideológico, enquanto a exploração abarca o âmbito econômico. A autora aponta que a ideologia do patriarcado submete a mulher a uma condição subalterna na sociedade, que engloba todas as esferas sociais – do público ao privado. À mulher delega-se a margem dos espaços de poder. Como

consequência dessa relação dicotômica de dominação-exploração, o mundo do trabalho é também influenciado pelo espaço de subordinação que é reservado à mulher. A posição econômica que as mulheres tomam na sociedade é desvantajosa quando comparada à dos homens. Essa situação se repete também em âmbitos políticos e, igualmente, se faz presente no interior da cultura política comunista do século XX.

Convergingo com as ideias de Saffioti, Hartmann (1981) nos diz que há uma evidente articulação entre patriarcado e capital. Para a autora, o patriarcado ultrapassa as barreiras ideológicas, tornando-se um sistema de relações sociais que fecunda e prioriza a solidariedade entre homens. Segundo Hartmann (1981), é isso que os instrui e habilita a subordinar às mulheres. A autora nos explica porque, mesmo em organizações progressistas, as posições hierárquicas de poder e autoridade são delegadas aos homens, ficando às mulheres tarefas e incumbências subalternas e relacionadas ao âmbito da vida privada. É dado a isso que as relações de dominação-exploração, característica das relações sociais dos corpos sexuados na sociedade capitalista, não são exclusivas de grupos conservadores da sociedade: manifestam-se também em setores cujas pautas progressistas são levantadas, como os de esquerda.

RELATOS FEMININOS DAS EXPERIÊNCIAS DE SER COMUNISTA

As narrativas provenientes da história da cultura política comunista no Brasil podem ser encontradas em diferentes tipos de fonte⁷. De forma geral, em nosso grupo de pesquisa temos utilizado fontes como relatos (auto)biográficos, memórias, cartilhas, panfletos, cartas, inquéritos policias, dentre outros. Na literatura encontrada sobre o tema, grande parte dos trabalhos corrobora a certificação de que a figura da mulher é raramente percebida ou enunciada na cultura política comunista. Esse fato contrasta com o conhecimento de que as mulheres integravam parcela significativa dentro das mais de 40 organizações políticas revolucionárias e de resistência do Brasil da Guerra Fria (TELES, 2015).

⁷ Como definiu Barros (2008, p.134), “A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. [...] ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma é o próprio fato histórico”.

Na cultura política comunista no Brasil da Guerra Fria, a idealização da figura do/a comunista se concebe a partir de experiência masculina hegemônica; o semblante do homem é o modelo a ser seguido. A construção do sujeito político feminino se desenvolve de acordo com o esperado do militante comunista homem. Palavras e termos como ‘bom esposo, pai e filho’ e ‘bom chefe de família’ são associadas à imagem do bom comunista. Expressões como as anteriormente citadas refletem a estrutura patriarcal presente mesmo em núcleos progressistas como a cultura política comunista (FERREIRA, 2002).

Nesse sentido, homens e mulheres se constroem “através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas*” (LOURO, 2014, p. 45, grifo da autora). O exterior é interiorizado pela mulher comunista e sua feminilidade atravessa o curso da resignificação. Desse modo, por intermédio dos processos educacionais, o oprimido também começa a adquirir características do opressor, pois só se pode ser aquilo que se vê (FREIRE, 1987).

Características centrais, instituídas como femininas, perdem-se no regime de autoafirmação dentro da estrutura patriarcal. Os traços associados à calma, docilidade, bravura e destemor são abandonados, ou, muitas vezes, omitidos. Negam-se as características atreladas ao feminino na tentativa de obter *status* dentro do partido e demais organizações comunistas. Ser mulher e militante consistia no inverso do que representa a feminilidade – a ‘antítese da feminilidade’ –, pois, resistência e subversão não eram atributos esperados de uma mulher, mas, sim, submissão e obediência obstinada. O comportamento era redirecionado para ficar consoante ao masculino (KAPPAUN, 2016).

A estrutura de dominação-exploração constrói um ideal de feminilidade que espera ver materializando-se em todas as esferas da vida pública e privada, especialmente nesta última. Por isso, quando a subalternidade e servilismo, qualidades socialmente construídas e instituídas ao corpo feminino, são negadas pelas militantes, estas, expressando sua força e resistência, são denominadas de ‘mulher-macho’. Um corpo feminino que adentrava nos sinuosos campos da luta política era, via de regra, estigmatizado, pois desvia do padrão socialmente esperado de feminilidade e do espaço reservado às mulheres.

De acordo com relatos da ex-militante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), Maria Amélia de Almeida Teles, o ambiente interno do partido era marcado pela hierarquia entre os gêneros. Segundo a militante, havia inúmeros casos de homens comunistas que não permitiam que suas esposas e filhas auxiliassem, mesmo em atividades de panfletagem, nos encargos do partido. Ela



afirma que a lógica comunista era masculinizante e que teve de afrentar com firmeza as assíduas e progressivas deslegitimações vindas de seus companheiros de luta anticapitalista. Conforme descreve Maria Amélia, a não confiança nas mulheres por militantes comunistas vem a confirmar o domínio que os homens detinham nas estruturas de poder nos grupos comunistas (SUL21, 2013).

Na mesma direção de Maria Amélia, a militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro) Zuleika Alambert comentou sobre o machismo presente no partido através da divisão das tarefas. Ela relata que às mulheres incumbiam-se as funções tradicionalmente vistas como femininas, relacionadas com o cuidado do lar: datilografia, cozinha, responsabilidade em servir café, limpeza, etc. Mesmo que Zuleika tenha sido a primeira mulher no Brasil a integrar o quadro do Comitê Central - cargo de poder recorrentemente reservado ao homem -, ela evidencia que na verdade tratava-se de um alibi para que o partido pudesse fugir de acusações sobre tratamento desigual entre membros. Vera Silvia de Araújo Magalhães, militante e guerrilheira do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), conta que, mesmo sendo a primeira mulher a ser incorporada à luta armada dentro de seu aparelho político, sofreu desaprovações de seus companheiros; foi discriminada e descredibilizada por ser mulher (ABREU, 2008; SOIHET, 2013; TELES, 2015).

Para além da feminilidade pautada pelo comportamento, o que também é presente entre os relatos das militantes era a transformação estética exigida. Para serem ouvidas e com a finalidade de se sublevar dentro das estruturas hierárquicas dos grupos comunistas, a mulher, muitas vezes, se submetia a um processo de desconstrução de aspectos constituintes de sua personalidade e fisionomia. Nilce Azevedo, ex-militante da AP (Ação Popular), revela que ao iniciar na luta comunista, a mulher deveria se entregar a uma transformação estética e comportamental masculinizadora (ROSA, 2013). A transformação visual era necessária para adaptar-se ao ideal do modelo não só do comunista, mas também do militante político. A vaidade, característica associada ao feminino, não poderia ser expressada. Nilce conta que, por exemplo, a utilização de maquiagem deveria ser abandonada e que, logo que adentrou à Ação Popular, se submeteu a mudanças físicas para uma total 'proletarização' que, na verdade, significava masculinização (ROSA, 2013).

Na mesma direção, Criméia Almeida, ex-guerrilheira do Araguaia, descreve que, apesar de algumas guerrilheiras buscarem construir através da especificidade de seu gênero os seus próprios modelos e concepções de ação política e militância, a maioria continuava seguindo o modelo masculino de

militância (KAPPAUN, 2016; TELES, 2015). Ou seja, as amarras sociais instituídas pelo poder masculino e as estruturas de gênero se evidenciam.

t.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos buscado compreender o papel significativo da educação na formação dos/as comunistas brasileiros/as no período da Guerra Fria. Procuramos entender como as relações entre militantes se desenvolviam com auxílio dos processos educativos e, principalmente, aqueles no âmbito da educação não formal. Compreender a força que impõe a questão de gênero nesses processos é indispensável para compreender os motivos pelos quais as mulheres ficaram, muitas vezes, à margem da política, problematizando as razões de terem sofrido inúmeras descredibilizações e silenciamentos por parte de seus companheiros de militância. Para que isso seja possível, é necessária a consciência da estrutura patriarcal vigente na dinâmica das relações sociais. Mais do que nunca, é imperativo saber que as opressões de gênero circulam por todas as esferas da vida social.

Em narrativas sobre a significação do ‘ser comunista’, é perceptível o esquecimento da mulher enquanto sujeito protagonista da luta e passível de paridade hierárquica. No período analisado neste artigo, as práticas de educação não formal encontradas na cultura política comunista da Guerra Fria contribuíram, via de regra, para a construção da imagem da mulher à sombra do homem. A partir das narrativas de mulheres militantes podemos perceber que os processos educativos e seus suportes materiais – cartilhas, panfletos, livros, ícones audiovisuais –, eram carregados de um simbolismo expressamente masculino, que apontavam a figura do homem como ideário político. Os/as iniciados/as na cultura política comunista, já em sua formação educativa, eram imersos/as em um universo que prezava pela experiência masculina hegemônica e que reproduzia as estruturas de dominação-exploração em suas ações políticas. Nesse sentido, o ser comunista era ser homem.

Nas práticas de educação não formal da cultura política comunista, portanto, perpetuou esse modelo, o qual reafirmou as opressões de gênero. Essas normas, que também produzem os sujeitos, contribuíram para ocultar a figura feminina da história. Assim, a dominação do homem sobre a mulher assolava até mesmo setores ou coletivos que se apresentavam como vanguardistas da igualdade social. E neste limbo representativo, a imagem da militante comunista mulher foi construída à luz do masculino e o abandono de sua feminilidade era, de forma velada, compulsório. Como as narrativas aqui demonstraram, muitas mulheres tiveram que abdicar de seus traços femininos

em nome da luta política. Aquelas que ousaram subverter a ordem tornando-se a antítese do feminino, isto é, contrariar a lógica da feminilidade, deparavam-se com inúmeros obstáculos para sua ação política.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. PCB e a questão feminina (1970-1979). In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2008, p. 1-8. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abr eu_45.pdf> Acesso em: 15 mar. 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>> Acesso em: 22 ago. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-37.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EdUFF, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação não-formal. In: **Institut International des Droits de L'enfant (IDE)**, 2005. Disponível em: <http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacio nal/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf> Acesso em: 16 mar. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-28, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>> Acesso em: 22 feb. 2017.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 72-95.

HARTMANN, Heidi I. **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union**. 1981. Disponível em: <https://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf> Acesso em: 07 mar. 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KAPPAUN, Eloina. **A trajetória de Nilce Azevedo Cardoso na ditadura militar: memórias sobre educação e clandestinidade**. Monografia (Graduação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1346>> Acesso em: 15 mar. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial Militar 709**. V.2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). **Temporalidades**, Minas Gerais, v. 9, n. 2, p. 12-31, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6891>> Acesso em: 11 fev. 2018.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 15 mar. 2017.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016.

SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini. Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 193-208, out./dez. 2017.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 40, p. 169-195, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 12 mar. 2017.

SUL21. **Amelinha Teles e a incansável luta contra o machismo**: dos anos 1960 aos dias de hoje. Publicado em 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/amelinha-teles-e-incansavel-luta-contr-o-machismo-dos-anos-1960-aos-dias-de-hoje/>> Acesso em 15 Mar. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41946/30517/%3E>> Acesso em 14 Mar. 2017.

Recebido em 12 de março de 2018.

Aprovado em 23 de agosto de 2018.